



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura**Internacional**

Ano 5 • nº 01 • 10 a 16/02/08 • ISSN1809-6182

Resenhas

14/02/2008 – Novas eleições na Itália p.01

O Presidente italiano, Giorgio Napolitano, marcou para abril as novas eleições parlamentares após renúncia do Primeiro-Ministro, Romano Prodi, à frente do Parlamento desde maio de 2006 .

18/02/2008 – Tensões Separatistas na Bélgica p.04

Durante o ano de 2007, a Bélgica permaneceu 196 dias sem um governo central, devido a divergências políticas que levaram ao insucesso das negociações para a formação do novo Governo. Esta crise reflete um grave problema interno quanto à falta de uma identidade belga.

Novas eleições na Itália

Resenha
Segurança
Joana Laura Marinho Nogueira
14 de fevereiro de 2008

O Presidente italiano, Giorgio Napolitano, marcou para abril as novas eleições parlamentares, após renúncia do Primeiro-Ministro, Romano Prodi, à frente do Parlamento desde maio de 2006 .

Em 24 de janeiro de 2008, após perder o voto de confiança do Senado¹, o Primeiro-Ministro, Romano Prodi, renunciou ao cargo que ocupava desde maio de 2006, quando seu partido de centro-esquerda obteve maioria das cadeiras no Parlamento italiano.

Romano Prodi, Primeiro-Ministro da Itália entre 1996 e 1998, retornou ao cargo nas eleições parlamentares de abril de 2006, com a coalizão de centro-esquerda denominada União². Vencedora nas eleições por uma pequena vantagem de pouco mais de 24 mil votos, derrotando a coalizão direitista, Casa da Liberdade, liderada por Silvio Berlusconi.

Desde 1948, ano da atual Constituição italiana, o Parlamento está dividido em duas casas, eleitas por votação direta para um mandato de 5 anos. No entanto, em 2005 o sistema foi reformado, passando a funcionar para as eleições parlamentares

pelo sistema proporcional total³.

Também faz parte do sistema governativo italiano o Executivo, composto por um Sistema Judicial composto pelo Conselho de Ministros, do qual fazem parte o Primeiro-Ministro e os demais Ministros de Estado. Além do Executivo, *per si*, representado pelo Presidente da República que tem um mandato de 7 anos, é eleito por um conselho regional e tem como atribuição aprovar o nome do Primeiro-Ministro dentre os eleitos na coalizão vencedora.

O Parlamento bicameral italiano é composto pela Câmara dos Deputados que tem 630 membros e o Senado que tem 315 senadores, eleitos de forma direta, sendo que para o Senado há de ser respeitada a representação regional, em que nenhuma região terá menos de sete senadores, com exceção de Molise que tem duas e Valle d'Aosta que tem um.

Para sair vitorioso nas eleições parlamentares na Itália, após a reforma realizada em 2005, é preciso conquistar a maioria total dos votos. Este sistema é

¹ Também chamado de moção de censura é um artifício utilizado em sistemas parlamentaristas, quando o parlamento não aprova as ações do Primeiro-Ministro propondo sua saída. Por vezes é chamado de moção ou voto de desconfiança.

² Partidos que compunham a coalizão: Democráticos de Esquerda, A Margarida, Partido da Refundação Comunista, Socialistas Democráticos Italianos, Federação dos Verdes, Populares-UDEUR, Partido dos Comunistas Italianos, Itália dos Valores, Movimento Republicanos Europeus.

³ O Sistema proporcional permite que aquele partido ou coalizão que receber maior número de votos ocupará automaticamente 340 das 630 cadeiras na Câmara dos Deputados. No Senado há uma distribuição semelhante, só que está vinculada à distribuição regional. Anteriormente à reforma, parte dos parlamentares era eleita pelo sistema majoritário, parte pelo sistema proporcional.

conhecido como de representação total, que garante que a coalizão vencedora tenha a maioria em ambas as casas, impedindo que haja uma paralisia legislativa⁴.

Este novo sistema vem causando insegurança ao governo, uma vez que ambas as casas têm o mesmo peso no sistema governativo da Itália, e para governar é preciso ter a maioria simples dos votos tanto na Câmara quanto no Senado para seguir governando. Esta situação dá maior poder aos partidos pequenos que podem ser o fiel da balança no governo ou na oposição.

A Itália tem hoje cerca de 39 partidos políticos com assento no Parlamento, em um sistema de representação proporcional. Apesar de os partidos pequenos ocuparem poucas cadeiras parlamentares, podem ter um papel fundamental, na medida em que podem garantir a permanência da coalizão de governo no poder. Como o que ocorreu com Romano Prodi, quando os 3 senadores do Partido da União de Democratas para a Europa (Udeur), saíram da coalizão de centro-esquerda que apoiava Prodi, após destituição do Ministro da Justiça, Clemente Mastella, membro da Udeur e acusado de corrupção, fazendo com que Prodi perdesse maioria no Senado.

Com uma oposição forte, o governo de Prodi, foi difícil e conturbado, o ex-Primeiro-Ministro teve que se submeter a moções de confiança cerca de 32 vezes durante esses pouco mais de 600 dias à frente do Parlamento italiano. Quando em 24 de janeiro de 2008, teve o voto de confiança rejeitado pelos senadores com uma pequena diferença de 5 votos. Neste caso, foram 161 votos contra, 156 a favor e houve uma abstenção, decisão que pôs fim

ao mandato de Romano Prodi como Primeiro-Ministro.

Pela legislação italiana após a renúncia do Primeiro-Ministro cabe ao Presidente da República convocar novas eleições ou formar um governo interino. Todavia, antes de tomar esta decisão, o presidente italiano, Giorgio Napolitano, preferiu consultar os principais líderes políticos italianos sobre o que fazer.

Silvio Berlusconi, líder da direita opositora e principal candidato ao futuro cargo, exigiu que fossem convocadas novas eleições para que a esquerda não pudesse ter a chance de se manter no poder. Já Walter Veltroni, prefeito de Roma e líder do Partido Democrático (PD) e principal candidato da esquerda ao parlamento, defendia a formação de um governo interino e afirmou acreditar no bom senso do Presidente para a melhor escolha.

A opinião destes dois políticos reflete a divisão da Itália. Por um lado, os partidos de direita exigiam a convocação de novas eleições, já que estão à frente nas pesquisas de opinião. Caso isso não acontecesse Berlusconi ameaçou reunir um milhão de pessoas em Roma para exigir novas eleições. Por outro, os partidos de esquerda defendiam a formação de um governo interino para que possam ser votadas reformas eleitorais, já que o atual sistema vem dificultando a governabilidade do país.

Depois de muitas tentativas e negociações, no dia 06 de fevereiro de 2008, o Presidente Napolitano, devido ao fracasso quanto à formação de um governo interino, anunciou “com pesar” segundo suas palavras, a dissolução do Parlamento e a convocação de novas eleições. Napolitano afirmou estar “convencido de que eleições tão fortemente antecipadas são uma anomalia em relação à normal sucessão das legislaturas parlamentares, e não sem consequências sobre a governabilidade do país”.

A lei italiana exige que, após a dissolução

⁴ Caso a coalizão derrotada obtivesse maioria em uma das casas, poderia bloquear a aprovação dos projetos, uma vez que derrubaria as leis enviadas pelo governo, já que teria a maioria dos votos.

do Parlamento, novas eleições devam ser convocadas no prazo máximo de 70 dias. Foram então marcadas para os dias 14 e 15 de abril, quando os italianos voltarão às urnas menos de 2 anos depois do último pleito, realizado nos dias 09 e 10 de abril de 2006, quando o normal seria realizá-las apenas em 2011.

Os principais candidatos na eleição de abril são: Silvio Berlusconi, e Walter Veltroni. O primeiro é candidato pela coalizão de centro-direita, ex-Primeiro-Ministro derrotado por Prodi no último pleito e que nas pesquisas de opinião aparece com aproximadamente dez pontos à frente do segundo colocado. É o homem mais rico da Itália, dono da maior empresa de comunicação do país, possui grande influência e segue para seu terceiro mandato como Primeiro-Ministro.

Na oposição, depois do anúncio de que Romano Prodi não iria concorrer novamente, Walter Veltroni, atual prefeito de Roma e líder do maior partido de centro-esquerda da Itália, mostrou-se interessado em disputar sozinho as eleições, sem o apoio de outros partidos da coalizão. Para efetivar sua candidatura Veltroni renunciou à prefeitura (renunciou ao seu posto na prefeitura) de Roma, conforme exigência legal.

As eleições parlamentares na Itália funcionam com a apresentação aos eleitores das listas de candidatos das coalizões dos partidos para ambas as casas. É necessário um mínimo de votos para alocar cadeiras, estas são distribuídas de acordo com a posição do candidato na respectiva lista do partido, os mais bem votados têm maiores chances de conquistar uma vaga, já para o Senado é feita uma distribuição regional cabendo também aos italianos que moram no exterior eleger senadores.

A crise político-institucional foi instaurada na Itália. Nos próximos dias, as alianças e as candidaturas serão anunciadas, as pesquisas prévias mostram a coalizão de Berlusconi com 40% das intenções de

votos, contra 36% do PD, de Veltroni; constam ainda 8% para a Casa Rossa, com o qual o PD se nega fazer alianças e 4% da UDC.

Além do legislativo, os italianos também terão eleições administrativas antecipadas, sendo eleitos dirigentes em 500 municípios, inclusive Roma após renúncia de Veltroni e mais 13 províncias das regiões de *Friuli*, *Valle d'Aosta* e *Sicília*. Esta decisão causou divisão entre os políticos italianos, Berlusconi mostrou-se contrário alegando que seria confuso para os eleitores, enquanto Prodi alegava economia para os cofres públicos.

Os candidatos devem iniciar logo suas campanhas as coalizões são inevitáveis, devido à proporcionalidade do novo sistema. Caso Veltroni opte por uma campanha isolada a esquerda terá poucas chances de vencer as eleições. A Itália passa por um momento de crise política, o mês de março será decisivo para o futuro próximo do país, até que se conheça em abril a composição do novo parlamento italiano.

Referência

Sites:

BBC

<http://www.bbc.co.uk/>

EFE

<http://www.efc.com/>

Corriere della Sera

<http://www.corriere.it/politica/>

Parlamento italiano

<http://www.parlamento.it/>

Governo da Itália

<http://www.governo.it/>

Ver Também:

27-04-2006: Repercussões da eleição para renovação do Parlamento italiano.



Tensões Separatistas na Bélgica

Resenha
Integração Regional
Diego Cristóvão Alves de Souza Paes
18 de fevereiro de 2008

Durante o ano de 2007, a Bélgica permaneceu 196 dias sem um governo central, devido a divergências políticas que levaram ao insucesso das negociações para a formação do novo Governo. Esta crise reflete um grave problema interno quanto à falta de uma identidade belga.

No ano de 2007, a Bélgica permaneceu 196 dias sem um governo federal. Isso ocorreu após as eleições parlamentares no mês de junho, quando os líderes políticos das câmaras federais falharam na negociação e formação de uma coalizão para o governo do país.

As divergências entre as partes emergem de questões culturais que há muito geram tensões dentro do país. O norte flamenco¹, mais rico e com raízes culturais nos Países Baixos e o sul valão², mais pobre e com raízes culturais francesas fazem da Bélgica um país que pouco se identifica culturalmente e que abre espaço para a possibilidade de uma separação do país.

Durante a negociação para a formação de uma coalizão, os partidos representantes do Sul e do Norte potencializaram em todo o país as discussões sobre as diferenças internas que justificariam uma cisão.

Histórico

O território da Bélgica já esteve sob domínio espanhol, austríaco, francês e dos Países Baixos. Anteriormente conhecido como Países Baixos do Sul, o país foi controlado por espanhóis até 1713,

quando passou a ser de domínio austríaco, sendo anexado pela França com as Guerras Napoleônicas.

Com a queda de Napoleão e o Congresso de Viena em 1815, que reformulou o mapa geopolítico europeu, os Países Baixos do Sul foram anexados ao Reino dos Países Baixos. Tal situação permaneceu até 1830, quando se iniciou o processo de independência formando o atual Estado Belga em 1839. Este movimento teve início com protestos valões, insatisfeitos com as políticas de livre comércio dos Países Baixos³, as diferenças culturais e religiosas além do descaso com que eram tratadas no país.

Com a formação da Bélgica pelas regiões de Flanders e Valônia, o país se tornou uma monarquia constitucional, com eleições parlamentares. O francês foi adotado como idioma oficial, mesmo com maioria da população flamenca de idioma holandês e apenas em 1967 foi aprovada e reconhecida uma constituição nacional em holandês.

As duas partes do país, com o passar dos anos, se desenvolveram e se constituíram com características muito peculiares. A região de Flanders manteve seu idioma, industrializou-se, manteve sua economia baseada em petróleo durante o século XX,

¹ Região conhecida como Flanders, na fronteira com os Países Baixos.

² Região conhecida como Valônia, na fronteira com a França.

³ Como sua região era predominantemente agrária, os baixos custos de grãos importados prejudicavam sua renda.

e que hoje é voltada para exportação⁴, com um PIB per capita cerca de 20% acima da média europeia.

Já a Valônia permaneceu predominantemente agrícola e hoje extremamente dependente da Política Agrícola Comum⁵ da União Europeia, com taxa de desemprego de 17% (o dobro da região de Flanders⁶).

Eleições 2007

O sistema governamental da Bélgica é parlamentarista e funciona a partir da negociação dos partidos na formação do governo. Após as eleições, cabe ao rei (atualmente Alberto II), apontar um *informateur* responsável por analisar através do resultado das eleições qual partido garantirá maiores alianças formando uma maioria dentro das câmaras, possuindo então maior governabilidade.

Depois de feita esta análise, juntamente com a consulta de diversos especialistas, políticos e opiniões variadas, cabe ao *informateur* indicar ao Rei o nome de um *formateur* (normalmente a pessoa a quem será delegada o cargo de Primeiro Ministro), que será então responsável pelas negociações e formação de um governo central. O *formateur* então deve negociar junto com os partidos e membros eleitos nas câmaras a formação de um governo central, que deverá ser apresentado e aprovado pelo Rei.

Foi exatamente durante a fase de negociações que o *formateur* apontado e provável Primeiro-Ministro, Yves Leterme, encontrou dificuldades em equacionar as partes e apresentar um governo consolidado. As eleições federais

ocorreram em 10 de junho de 2007, e Leterme, do partido Cristão Democrata e Flamenco (CD&V, sigla em holandês) foi apontado no dia 15 de Julho como *formateur*. Os partidos das regiões de Flanders e da Valônia discordaram frontalmente quanto a uma possível reforma constitucional⁷, fazendo com que falhassem em formatar um governo para o país.

Ainda durante a época das eleições, era esperado uma transição mais difícil do que a normal, devido a acusações existentes de corrupção na Valônia, discordância quanto a necessidade de reformas políticas, além das sempre presentes divergências culturais entre os partidos do Norte e do Sul do país. Entretanto os 196 dias foram muito além dos estimados 100 dias para a formação do governo.

Após dois meses de intensa negociação, Yves Leterme renunciou ao cargo para que se pudesse dar início a um novo processo de formação do governo. Em 29 de agosto de 2007, o Presidente da Câmara dos Representantes⁸ Herman Van Rompuy assumiu o papel de *explorator*, apontado extraordinariamente pelo rei para buscar uma solução entre as partes, permanecendo no cargo por um mês com o retorno de Leterme como *formateur*. Contudo, se retirou novamente do cargo de *formateur* em primeiro de dezembro de 2007.

O país em momento algum esteve à beira do caos, pois a maior parte dos serviços permanece nas mãos das 3 zonas administrativas, Flanders, Valônia e Bruxelas-capital. Porém, a crise política foi se agravando até a intervenção do Rei Alberto II, que pediu ao ex-Primeiro-Ministro Guy Verhofstadt, do partido

⁴ Principalmente carros, diamantes, ferro e aço, derivados de petróleo e produtos de alto valor agregado.

⁵ Política adotada pela União Europeia constituída por um conjunto de preços estabelecidos, tarifas e subsídios que visam a proteção da produção agrícola e a garantia da segurança alimentar dentre os países membros.

⁶ Segundo o jornal inglês The Guardian

⁷ Esta seria a sexta reforma constitucional da Bélgica, a quarta em vinte anos.

⁸ Junto com o Senado forma o sistema bicameral do Parlamento Federal Belga. A Câmara dos Representantes possui 150 representantes eleitos de todo o país.



Liberal e Democrata Flamenco, a formação de um governo interino com duração prevista para 3 meses, sendo este iniciado em 21 de dezembro de 2007, possuindo representantes de partidos valões e flamencos.

Tal governo tem seu fim previsto para dia 23 de março de 2008, quando assumirá novamente Yves Leterme, com a formação de um novo governo.

Embora não se acredite que o país possa se separar em um curto prazo, sabe-se que o próximo primeiro-ministro terá em suas mãos um papel primordial no futuro da Bélgica, ao buscar um entendimento entre os grupos políticos do país e acalmar os anseios separatistas da população.

Um País dividido

As tensões políticas entre o Norte e o Sul refletiram a opinião de suas populações como um todo. Não existe um sentimento nacionalista que una o país, sendo o Rei Alberto o único símbolo de união entre as duas regiões.

Embora seja de maioria flamenca (cujo idioma é o holandês) o francês é língua oficial e, portanto, é como a maior parte dos serviços são dispostos a população. Grande parte dos cidadãos belgas de origem flamenca são fluentes ou tem a capacidade de se comunicar nos dois idiomas, porém o mesmo não ocorre com a população da região sul do país.

Acontece então que uma maioria com grande poder econômico e alto índice de desenvolvimento se sente culturalmente menos representada, além de ser obrigada a sustentar uma outra região menos desenvolvida.

Para o Sul, uma separação com o Norte seria danoso devido aos benefícios recebidos pelo governo federal a sua população. Os recursos vindos da seguridade social e os subsídios agrícolas, elevados devido ao grande índice de desenvolvimento do Norte, garantem a economia e a renda da população do Sul, o que explica os apenas 16% de apoio

valão a uma possível divisão do país.

Entre a população as divergências se agravam cada vez mais, através do cotidiano. Pacientes que não conseguem se comunicar com seus médicos, estudantes do sul que se apresentam aos seus colegas do norte como franceses para que possam ser bem recebidos, além de diversas outras manifestações populares. Hoje, a Bélgica é um país que não apresenta uma rivalidade entre duas regiões, mas sim um não-reconhecimento que gera perguntas sobre o real motivo de estarem juntos sob a mesma bandeira.

Os preconceitos do Norte em relação ao Sul são outra demonstração deste divisão interna. Para os flamencos, os valões são vistos como preguiçosos (sendo este o motivo das altas taxas de desemprego), além de intelectualmente inferiores (sendo o idioma holandês complexo demais para que aprendam).

Além disso, o Norte do país possui uma orientação mais de direita e liberal, enquanto o Sul mais à esquerda. Como existe uma certa autonomia entre as duas regiões quanto aos governos locais⁹, o sul se torna muito mais burocrático e portanto apresentando mais gastos públicos.

A capital, Bruxelas, reconhecidamente também a capital da União Européia é uma cidade internacional cuja maioria da população é capaz de se comunicar em ambos os idiomas, além do inglês. Caso a atual crise política leve a uma cisão dentro do país (o que é pouquíssimo provável no curto prazo), esta região administrativa provavelmente não pertenceria a nenhuma das regiões, mas sim se efetivaria como capital da União Européia.

É importante observar que mesmo com a dependência do Sul em certas áreas, a divisão do país não acarretaria perdas em relação a mercado para ambas as partes. Com a contínua integração européia e o livre comércio, um mercado interno ao

⁹ Podendo estabelecer leis próprias

país não se faz mais tão primordial quanto antes; não há diferença para a Valônia exportar produtos agrícolas para Flanders ou para a França. Isso faz parte de um efeito que pode ser observado por toda a União Européia, o que não tornaria tão prejudicial neste ponto de vista a emancipação de tais regiões, além de outras como a Escócia, por exemplo.

Referência

Sites:

BBC

<http://www.bbc.co.uk/>

The Guardian

<http://www.guardian.com/>

CNN On-line

<http://www.cnn.com>

Belgium Federal Portal

<http://www.belgium.be/>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com/>

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Vice-reitora: Prof^a. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tórres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Prof^a. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Anna Claudia Menezes; Ana Caroline Maia; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Joana Laura Nogueira; Marina Robspierre.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itaipu, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas - Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

